

PETRÓLEO E GEOPOLÍTICA NA ÁFRICA SUBSAARIANA: O CASO NIGERIANO

Autor: Cayo de Oliveira Franco
*Estudante de Graduação da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
Brasil
cayofranco@ufrj.br/cayofranco@hotmail.com*

Resumo: Em alguns países o desenvolvimento das atividades petrolíferas e para-petrolíferas ocorre num contexto político e social caracterizado por tensões e conflitos que podem agravar-se com a expansão destas atividades. Nosso objetivo central consiste na identificação e na análise dos fatores geográficos que contribuíram e contribuem para o acirramento dos conflitos na África Subsaariana. Nesta conjuntura, esta região do mundo é percorrida em diversas escalas por tensões e conflitos que ilustram as rivalidades entre atores diretamente envolvidos ou indiretamente impactados pela expansão do setor energético. Atentaremos, então, para os critérios geográficos gerais e mais especificamente relacionados ao desenvolvimento da indústria petrolífera suscetíveis de ter implicações geopolíticas em escalas local, nacional e regional. Nosso estudo se dará em uma perspectiva geopolítica multi-escalar, que tem suas atenções voltadas não mais na conquista dos territórios e sim na definição das ações do seu uso fator fundamental para compreendermos os fenômenos que atingem o continente em escala local (aldeias), mas que se tornam mais evidentes em escala regional e nacional.

Palavras chave: Geopolítica, território, petróleo, conflitos, Estado Predador, África Subsaariana.

1. INTRODUÇÃO

1.1 OBJETO

Os diversos tipos de conflitos provocados pelo surgimento e o desenvolvimento da indústria petrolífera na África Subsaariana e na Nigéria.

1.2 JUSTIFICATIVA

A expansão da produção de petróleo e o desenvolvimento das indústrias, serviços e comércios associados a esta atividade costumam provocar mudanças significativas nas regiões e países produtores. A inserção da África Subsaariana na economia-mundo não é um fenômeno recente; contudo, sua participação é cada vez mais evidente. No cenário petrolífero, a participação da África Subsaariana, que atinge 7% da produção mundial e 12% do comércio de petróleo¹, se tornou mais relevante devido ao aumento da demanda por petróleo e derivados, em particular estimulada pela expansão demográfica e econômica de países como a Índia e a China. Esse fator, somado à valorização dos chamados “campos marginais²”, ao ritmo insuficiente do crescimento da oferta e aos antigos conflitos entre os principais atores do cenário petrolífero (fornecedores e consumidores) fazem da África Subsaariana uma região bastante atrativa para o setor e fronteira renovada de expansão dos negócios dos países consumidores e das firmas multinacionais. O espraiamento da produção pelo globo impôs e impõe novas formas de negociação, em que o desejo das elites e seu projeto de nação definem a localização final das ações (CASTRO, 2005). Nesta conjuntura, esta região do mundo é percorrida em diversas escalas, ou “ordens de grandeza” (LACOSTE, 1989) por tensões e conflitos que ilustram as rivalidades entre atores diretamente envolvidos, ou indiretamente impactados, pela expansão do setor energético. Portanto, com a intensificação dos investimentos, a demografia, o tecido produtivo, a sociedade são percorridas por dinâmicas que afetam de forma cada vez mais profunda a organização do espaço em diversas escalas. Estas mudanças combinadas as lutas entre atores sociais para a apropriação da renda do petróleo podem provocar conflitos de grande magnitude e reestruturar os “equilíbrios” geopolíticos estabelecidos.

As rivalidades em curso são portadoras de instabilidade para a África Subsaariana num cenário energético mundial caracterizado pela busca de

¹ Relatório da WORLD ENERGY OUTLOOK (WEO) disponível em: http://www.worldenergyoutlook.org/database_electricity/WEO2008-Chapter%2015.pdf

² Campo marginal é uma terminologia da indústria petrolífera referente aos campos com menor atratividade econômica. Mais sobre isso é abordado por CÂMARA, Roberto José Batista. Campos maduros e *campos marginais*: definições para fins regulatórios. 2004.

novas fontes de abastecimento mais estáveis do que as regiões produtoras do Oriente Médio pelos investidores multinacionais e pelos países consumidores. Por isso, as causas, manifestações e conseqüências das rivalidades em curso na região devem ser compreendidas em diversos níveis de análise: do regional para o local e do regional para as escalas nacional, macro-regional – Golfo da Guiné – e mundial – mercado petrolífero internacional, etc.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo central

Em alguns países o desenvolvimento das atividades petrolíferas e para-petrolíferas ocorre num contexto político e social caracterizado por tensões e conflitos que podem agravar-se com a expansão destas atividades. Nosso objetivo central consiste na identificação e na análise dos fatores geográficos que contribuíram e contribuem para o acirramento dos conflitos na África Subsaariana e na Nigéria.

1.3.2 Objetivos específicos

Análise dos critérios geográficos gerais e mais especificamente relacionados ao desenvolvimento da indústria petrolífera suscetíveis de ter implicações geopolíticas em escalas local, nacional e regional.

1.4 METODOLOGIA

O quadro conceitual utilizado neste trabalho está debruçado em conceitos e noções como geopolítica BECKER (2004) e LACOSTE (1989); escalas de ação CASTRO (2005); escalas de análise LACOSTE (1989); Estado Predador CASTELLS (2002) e BAYART (2000); território, territorialidades RAFFESTIN (1993) e regionalismos CASTRO (2005).

2. A ÁFRICA SUBSAARIANA

A África Subsaariana é a região compreendida por 47 países africanos ao sul do Saara e possui características que a distingue dos países do Norte da África - mais próximos do Oriente Médio - no tocante aos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais e religiosos. Contudo, a diversidade presente nos países de ambas as regiões é imensa e as trocas dentro de todo o

continente é antiga e bastante rica mesmo com os “empecilhos” naturais como o deserto do Saara.

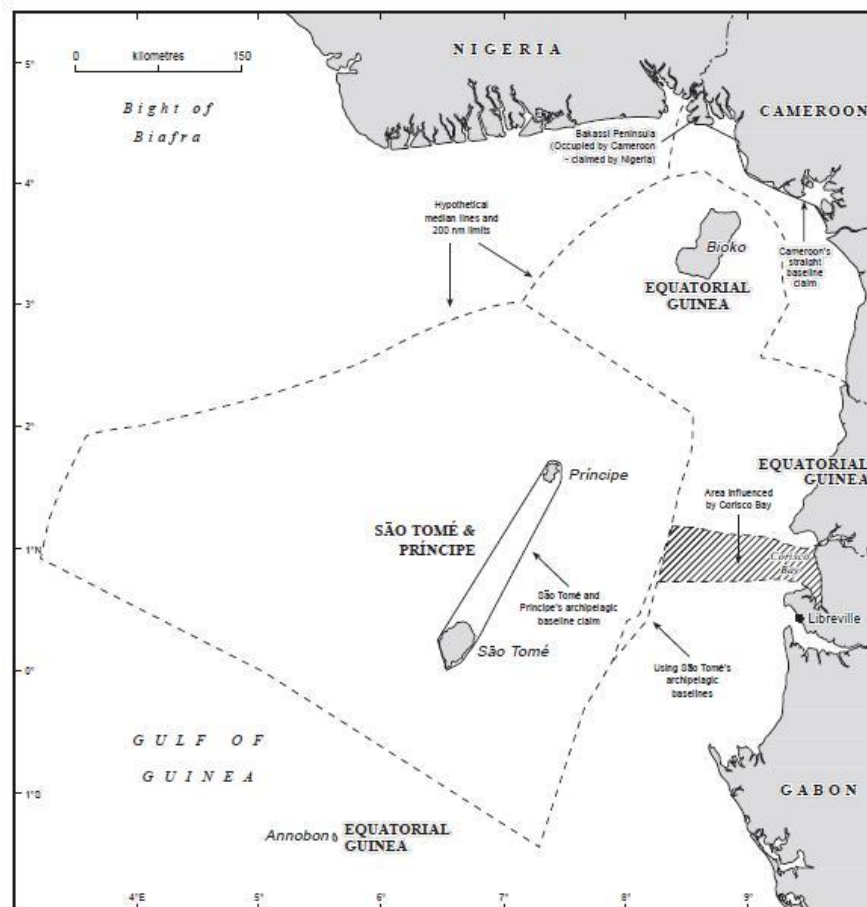
MAPA I – PAÍSES DA ÁFRICA SUBSAARIANA



Fonte: Folha Online

Em nosso estudo destacaremos aqueles países que são produtores e exportadores de petróleo compondo a maioria dos membros da Associação dos Países Africanos Produtores de Petróleo (APPA), bem como focar naqueles que fazem parte da principal região de exploração e produção de petróleo, ou seja, os países do Golfo da Guiné. Fazem parte da APPA Angola, Chade, Congo, República Democrática do Congo (RDC), Mauritânia, África do Sul, Sudão, Benim, Camarões, Costa do Marfim, Gabão, Guiné Equatorial e Nigéria sendo os seis últimos localizados na região do Golfo da Guiné. Além dos fatores anteriormente mencionados outros são fundamentais para a inserção da região no cenário petrolífero mundial: novas fontes com extenso potencial explorável; reservas *offshore*, que apesar de mais caras propiciam maior segurança; centralidade geográfica, a região está localizada no centro do globo e é cortada por diversas rotas comerciais tradicionais; fatores de ordem técnica, apesar do custo de extração mais elevado o óleo retirado é de excelente qualidade apresentando poucos teores de enxofre (OLIVEIRA, 2006).

MAPA II – GOLFO DA GUINÉ



Delimitação das fronteiras offshore no Golfo da Guiné motivo de instabilidade na região.

Fonte: DZUREK (1999)

3. GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO: ATORES, CONFLITOS E ESCALAS

Observamos em diversas escalas que a indústria do petróleo traz diversos problemas referentes aos impactos que são gerados por suas atividades. Na escala regional, os mais alarmantes são os impactos ambientais e sociais nas proximidades da planta petrolífera. Somado a esses impactos podemos dizer que o fator “tempo” é fundamental para entendermos os fenômenos que estão adjacentes a atividade petrolífera, pois de acordo com GHIRARDI (2008),

Longe de ser trivial, o problema do tempo de exploração das reservas minerais é muito debatido na literatura especializada. A referência clássica foi publicada em 1931, ainda na infância da indústria do petróleo. É o trabalho de Hotelling, que usa um instrumental analítico sofisticado, para

demonstrar uma conclusão bastante previsível: a velocidade ideal de exploração das reservas depende do valor que a sociedade atribui ao futuro. Se o futuro for considerado valioso, o ritmo de exploração deverá ser mais lento. Se o futuro tiver relativamente pouco valor, a exploração deverá ser mais rápida. Embora clara, a resposta de Hotelling é enigmática, porque deixa outras perguntas, ainda mais difíceis, por responder. Qual valor, e de qual sociedade? As sociedades detentoras das reservas? As sociedades produtoras de combustível? Os maiores consumidores? O problema do ritmo de extração de reservas vai muito além da literatura técnica especializada. Ele é essencialmente político, porque trata de interesses coletivos conflitantes.

Vale ressaltar, também, que a organização do espaço feita pelos atores da indústria petrolífera segue um modelo marcadamente seletivo e extrovertido (MONIÉ, 2003). Sendo assim, o contexto institucional é fundamental para mediar e muitas vezes intervir no que é pensado como o melhor para uma sociedade evitando assim o acirramento de conflitos. No caso da África Subsaariana, em geral, o contexto institucional é marcado por “um Estado totalmente transformado em patrimônio pelas elites políticas, em benefício dessas elites” (CASTELLS, 2002). Na mesma linha de raciocínio BAYART (2000) afirma, “que a relação com o Estado é que, em primeiro lugar, dá aos atores a capacidade de enriquecer e dominar a sociedade. É assim, em escala local, nas aldeias. E mais ainda em escala regional e nacional”. Além de ter um caráter predador o Estado apresenta também

(...) uma economia caracterizada por um processo de acumulação sem desenvolvimento, largamente baseada na exploração intensiva de recursos naturais (minerais e outros) não – ou dificilmente – renováveis e num contexto em que o Estado tem a capacidade de obter uma parte significativa das suas receitas sem recurso à fiscalidade, o que fragiliza a sua responsabilidade em relação aos cidadãos³ (BRITO, 2009).

Tendo como agravante o fato de que na África, de modo geral, por volta de 70% dos recursos públicos são controlados pelo governo federal, sendo os repasses dependentes da boa relação entre as esferas políticas⁴. Sendo assim, o Estado que deveria atuar como um mediador acaba por acentuar os

³ Podemos caracterizar assim o Estado renteiro (*rentier state*) e a economia de renda.

⁴ Dados de acordo com o geógrafo camaronês Jean-Pierre Elong-Mbassi em entrevista a revista Nova Escola edição 232, maio 2010

conflitos, já que “não transcende os interesses particulares ao ponto de fazer respeitar o bem comum” (KI-ZERBO, 2006). No caso do Sudão MAGALHÃES (2005) afirma que a,

(...) discriminação tem expressão em medidas concretas, como seja a limitação do acesso a cargos políticos (praticamente limitados a uma elite árabe restrita), a “arabização” dos sistemas administrativo e educacional, uma legislação desigual que não reconhece os direitos e igualdade de todos os cidadãos sudaneses, ou ainda uma exclusão econômica evidente, em que os benefícios da exploração do petróleo favorecem claramente zonas específicas do norte. Num país em que menos da metade da população reivindica origens árabes e em que cerca de um terço não é muçulmano, o entusiasmo árabe-centrista do Governo da Frente Islâmica Nacional veio reavivar e reforçar fraturas antigas e profundas no seio da sociedade sudanesa.

O caso acima não é uma exceção na África Subsaariana. Delphine Djiribi advogada e ativista de direitos humanos no Chade quando questionada sobre o papel do petróleo nos conflitos afirmou que,

O dinheiro do petróleo está no centro do conflito, porque é preciso controlar o poder para controlar o dinheiro do petróleo. A exploração começou em 2000. O dinheiro do petróleo começou a entrar em 2003. Os rebeldes disseram claramente que iam continuar a lutar, porque todos os poderes estão concentrados no Presidente Deby, que gere com a sua família e tira partido sozinho do dinheiro do petróleo. E esse dinheiro é utilizado pelo Presidente para fazer a guerra, para comprar armas. O petróleo é objeto de todas as maldições no Chade: a corrupção, os conflitos (CORDEIRO, 2007).

A Guiné Equatorial, por exemplo, é um dos países que mais tem crescido na África devido a descobertas de reservas de petróleo nos anos 90 chegando a representar 74% do PIB do país de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), porém isso não tem representado uma melhora social efetiva. O “boom” petrolífero levou a um crescimento maior do controle político por parte do governo sobre uma oposição já enfraquecida pelas intimidações, coerções, exílios e prisões⁵. Os opositores do governo afirmam que o petróleo teve um impacto negativo no processo democrático e conduziu

⁵ HUMAN RIGHTS WATCH. **Well Oiled**: Oil and Human Rights in Equatorial Guinea. Disponível em: <<http://www.hrw.org/en/reports/2009/07/09/well-oiled> >. Acesso em: 19/10/2009.

ao fortalecimento da ditadura, inclusive com as empresas petrolíferas buscando esconder a instabilidade política e melhorar a imagem do país. Nesse sentido, o cenário não é apenas marcado por corrupção e nepotismo, mas por uma “política do ventre” (BAYART, 2000) que transforma o setor público em domínio privado sendo gerido por meio de clientelismos e trocas de favores levando a criminalização do Estado em benefício de uma elite, no caso o presidente Obiang, seus familiares e aliados.

O espraiamento dos conflitos pelas fronteiras dos países é também uma recorrente na África Subsaariana. Já estiveram envolvidos em imbróglios fronteiriços Nigéria e Camarões, pela região de Bakassi; e Gabão e Guiné Equatorial. Isso se deve a questões históricas e as populações que habitam essas áreas e, claro, ao fato das reservas de petróleo não respeitarem a delimitação política das fronteiras, inclusive sendo o maior problema as delimitações das fronteiras marítimas. Apesar disso, o dois casos citados parecem estar sendo contornados pelos países através de parcerias no âmbito petrolífero, mas também em outras esferas. No caso de Bakassi, os países disputaram a região na Corte Internacional que foi favorável a Camarões. Certamente, o acordo se respeitado pode ser produtivo para ambos os países com os nigerianos oferecendo suas águas territoriais para a exportação e sua experiência no setor enquanto Camarões aparece como um parceiro comercial fortalecendo a indústria petrolífera regional, pois os limites de fronteiras (terrestres e marítimos) são muitos sutis e dependem de um alto grau de cooperação. O mesmo imbróglio sobre definições de fronteiras *offshore* foi iniciado ainda esse ano entre Gana e Costa do Marfim tendo o último apelado as Nações Unidas para delimitar a fronteira. Uganda e RDC também entraram em conflito por conta da posse da ilha de Rukwazi no Lago Albert região de fronteira e potencialmente atrativa por conta da descoberta de petróleo no entorno e em toda a extensão do Albertine Rift. Em geral, o que se percebe na fronteira por conta de sua demarcação “porosa” é uma relação de troca, mistura étnica, migração e atividade de pesca em que a descoberta de petróleo não criou novos conflitos, mas aumentou as tensões já existentes (RUGADYA, 2009). Contudo, a exploração de petróleo na região dos Grandes Lagos pode ser bastante perigosa sendo de extrema necessidade o esclarecimento da população no tocante aos impactos e aos benefícios da indústria do petróleo,

pois diferente da exploração de ouro, carvão e diamante que apresentam um caráter artesanal a indústria petrolífera requer um maior aparato capital e político (JOHNSON, TEGERA & SOFIA; 2003).

MAPA III – ALBERTINE RIFT



Demarcação dos blocos de exploração em Uganda. A ilha de Rukwanzi se encontra no bloco 3A e tem sido motivo de conflito entre os países.

Fonte: Tullow Oil

4.0 A NIGÉRIA

Na Nigéria, os impactos ambientais causados pela indústria petrolífera e na destruição dos recursos hídricos pelas águas de formação⁶, geraram insurgências contra as empresas estrangeiras e ao aparato estatal que as está respaldando. Esses acontecimentos continuam ocorrendo, desde 1995, ano em que oito dissidentes e Ken Saro Wiva, um dos principais ambientalistas africanos, foram assassinados pelo governo nigeriano ao promoverem mobilizações contra a companhia anglo-inglesa Shell (SERRANO & WALDMAN, 2008). O caso da Nigéria foi agravado durante os anos, pois as etnias que habitam o Delta do Níger, principal região petrolífera da Nigéria, são

⁶ “O termo água de formação é um conceito que faz parte do jargão técnico da indústria petrolífera, designando a água utilizada para produzir petróleo, seja no processo de bombeamento, prospecção ou manutenção de instalações. A água de formação é rica em substâncias tóxicas e perigosas ao meio natural e à saúde humana. Acredita-se que para cada barril de petróleo produzido, aproximadamente um barril de água de formação seja gerado, geralmente descartada sem tratamento no ambiente imediato” (SERRANO & WALDMAN, 2008).

minorias no contexto político do país, ou seja, são preteridas no investimento dos recursos advindos da exploração. Encontramos, então, diversos grupos que estão em conflito com o Estado e suas políticas seja de forma pacífica ou não.

TABELA I – ATORES, MOTIVAÇÕES E ESTRATÉGIAS NO DELTA DO NÍGER

ATORES	MOTIVAÇÕES	ESTRATÉGIAS
Movimento de Sobrevivência do Povo Ogoni	Ambientalistas	Pacífica, não-violenta
Força Voluntária do Povo do Delta do Níger	Redistribuição dos recursos	Conflitos armados, sabotagens, atentados, seqüestros
Vigilantes do Delta do Níger		
Egbesu Boys		
Movimento para a Sobrevivência da Nacionalidade Etnica Ijaw		
Movimento de Emancipação do Delta do Níger	Separatistas	Conflitos armados, sabotagens, atentados, seqüestros
Movimento para a efetivação da soberania Estado de Biafra		

Fonte: Cayo Franco

Podemos citar alguns como o Movimento pela Sobrevivência do Povo Ogoni (MOSOP) que foi fundado por Ken Saro Wiva e reivindica de forma não-violenta a divisão dos recursos de forma igualitária, acusando os governos durante anos de usarem uma tática utilizada pelos europeus na época da colonização, o famoso “dividir para dominar”, gerando conflitos entre etnias que

depois eram massacrados por tropas militares. Essa acusação tem fundamento, pois no final do ano de 2003 o grupo Vigilantes do Delta do Níger (NDV) entrou em conflito com a Força Voluntária das Pessoas do Delta do Níger (NDPVF) ambos representantes da etnia Ijaw que é uma numerosa etnia na região, mas encontra-se subdividida em diversos clãs . A intervenção do governo acabou por apoiar o NDV causando desequilíbrios que levaram uma crise de grandes proporções com diversos atentados a oleodutos, empresas, funcionários fazendo com que a Shell tomasse medidas de segurança que reduziram a produção de petróleo do país. Além disso, grupos como o Movimento de Emancipação do Delta do Níger têm sido responsáveis por diversos atentados e pela instabilidade na região já que além de causarem danos as estruturas físicas da indústria petrolífera são responsáveis também por sequestros e ameaças que geram um clima de tensão em toda a região, principalmente para os funcionários das empresas. Esse, aliás, é um dos motivos que muitos especialistas têm creditado a perda de competitividade da indústria petrolífera nigeriana, inclusive com alguns estudos apontando para a perda de maior potência para a Angola que também sofre internamente com conflitos envolvendo grupos que buscam a redistribuição de petróleo e até mesmo o separatismo como é o caso do Frente de Libertação do Estado de Cabinda - Posição Militar (FLEC-PM)⁷ que atua na província de Cabinda maior produtora de petróleo de Angola. O grupo afirma que a renda do petróleo não é revertida pelo governo central (Luanda) para a província tendo realizado durante a Copa Africana de Nações 2010 um atentado que vitimou três pessoas da comissão de futebol do Togo. O problema se torna maior devido aos agravantes históricos e descontinuidade territorial entre a província e o país.

Voltando a Nigéria, outro fator que tem sido importante para a perda de competitividade da indústria petrolífera é a sabotagem no sentido do contrabando. Nesse sentido, se destaca a fronteira com o Camarões, instável desde os conflitos pela posse da região de Bakassi, encontra-se hoje no centro do contrabando do petróleo. Muitas vezes o contrabando é o meio que alguns grupos rebeldes encontram para sustentar as suas ações. Mas existe também o contrabando apenas mercantil, em que petróleo é visto como business e esse

⁷ Grupo dissidente do Frente de Libertação do Estado de Cabinda (FLEC). O rompimento ocorreu em 2003.

grupos se aproveitam da incapacidade do Estado para manter pequenas refinarias e indústrias atendendo ao mercado negro do petróleo (AUGÉ, 2009).

Sendo assim, a ausência do Estado é substituída de diversas formas na Nigéria. Traçando um comparativo entre África do Sul e Nigéria, por exemplo, percebemos as disparidades entre a ação dos governos para a valorização das diferenças mostrando quadros institucionais bastante divergentes. Enquanto na África do Sul as medidas valorizam uma política de negociação, uma Constituição democrática com mecanismos de partilha do poder e uma gestão da diversidade, na Nigéria o quadro institucional ainda é regido por uma Constituição da ditadura que valoriza uma divisão de estados que acentua as disparidades, facilita a alocação desigual dos recursos e distancia as etnias de um diálogo dentro da política do país (IROBI, 2005) ⁸.

5.0 CONCLUSÕES

Nossos resultados mostram que mesmo com a riqueza oriunda da exploração do petróleo, os países da África Subsaariana têm algumas das piores expectativas de vida do mundo. Muitos desses países apresentam Produto Interno Bruto (PIB) comparável ao de países europeus, porém no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) os mesmos países ocupam as últimas posições.

Isso não quer dizer que o petróleo é a única fonte de conflitos ou que inevitavelmente gera violência. Na verdade, quase metade de todos os estados que têm produzido petróleo desde 1970 estiveram livres de conflitos. Petróleo por si só não pode criar conflito, mas pode exacerbar as tensões latentes e dar aos governos e ainda mais aos seus oponentes militantes os meios para combatê-los. Os governos que controlam a corrupção e colocam os ganhos ao bom uso raramente enfrentam tumultos. Infelizmente, a produção de petróleo cresce, cada vez mais, precisamente nos países onde a sábia liderança é muitas vezes escassa. A maioria dos novos estados ricos em energia está na África (Chade, Costa do Marfim, Mauritânia, Namíbia e São Tomé e Príncipe), na bacia do mar Cáspio (Azerbaijão, Cazaquistão e Turcomenistão), ou no Sudeste Asiático

⁸ Em IROBI (2005) encontramos um excelente comparativo entre os dois casos descrevendo e analisando os mecanismos que favorecem os conflitos. Emmy Irobi foi criança-soldado em Biafra e hoje apesar de viver na Polónia tem suas pesquisas voltadas para os conflitos étnicos na África.

(Camboja, Timor Leste , Vietnã e Mianmar). Quase todos são antidemocráticos (ROSS, 2008).

Ou seja, é perceptível que o fortalecimento de algumas economias subsaarianas não resultou em instituições fortes e que a “política do ventre” (BAYART, 2000) associada a uma extroversão passiva objetivando o acúmulo de divisas não consistem numa verdadeira estratégia de desenvolvimento (CARVALHO, 2005). A estratégia utilizada pelos estados da África Subsaariana para administrar os recursos do petróleo em seu território seguem uma lógica de por áreas em detrimento de outras seguindo uma lógica de interesses de grupos restritos e “como no resto do mundo, são os peritos contratados pelos Estados que definem os planos de desenvolvimento. São estes peritos que exercem a cidadania, e não os povos em questão, nem a sociedade civil” (NDUWIMANA, 2004). Em contrapartida ocorre uma mobilização política de grupos em suas regiões e em defesa de seus interesses frente a outros grupos que dominam o Estado, gerando assim uma mobilização política motivada então por interesses estruturados e organizados no território regional CASTRO (2005). Esse “conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo”, que RAFFESTIN (1993) chamou de “territorialidade” acaba por nos responder as perguntas que Hotelling deixou em seu discurso sobre o “tempo”. Se levarmos em conta que a atuação do Estado é fundamental para decidir os contornos do modelo de desenvolvimento além do petróleo (MONIÉ, 2003) perceberemos que o valor do “tempo” na exploração de petróleo na África Subsaariana está seguindo o interesse de uma elite que domina a política e que tem seus interesses ligados muito mais as demandas internacionais do que a sua sociedade que sofre os impactos diretos das atividades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AUGÉ, B. **Pillage et vandalisme dans le delta du Niger**. Hérodote, mars, n° 134, p. 151-176, 2009.

BAYART , J.F. **L'État en Afrique - La politique du ventre**. Espanha: Bellaterra, 2000.

BECKER, B. **Amazônia: Geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRITO, L. Moçambique: de uma economia de serviços a uma economia de renda. **IESE - IDelIAS**, Maputo, 2009.

CASTELLS, M. **Fim de Milênio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, I.E. **Geografia e política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CARVALHO, R. M. **Compreender África: teorias e práticas de gestão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

DZUREK, D. J. **What makes some boundary disputes important?**. Boundary & Security Bulletin, vol. 7, n.4.

GHIRARDI, A. O petróleo e o tempo. **Le Monde Diplomatique Brasil**, ago. 2008. Disponível em: < <http://diplo.uol.com.br/imprima2561>>. Acesso em: 05/10/2009.

JOHNSON, D.; TEGERA, A.; SOFIA, M. **Shifting Sands: Oil Exploration in the Rift Valley and the Congo Conflict**. RD Congo: Pole Institute, 2003.

KI-ZERBO, J. **Para Quando a África?**. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2006.

LACOSTE, Y. **A Geografia – Isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Ed. Papirus, 1989.

MAGALHÃES, F. P. **O Paradoxo afro-árabe: conflitos e intervenção no Sudão**. Lisboa, n. 27, 2005. 64p.

MONIÉ, F. Petróleo, industrialização e organização do espaço regional. In: PIQUET, R. (org.). **Petróleo, royalties e região**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, v. 1, p. 257-285.

NDUWIMANA, F. **Sociedade Civil Africana: Desafios e Perspectivas para a Consciencialização**. Canadá: Parceria África Canadá, 2004.

OLIVEIRA, R.S. Strategic Resources, International Politics and Domestic Governance in the Gulf of Guinea. In: FRANCO, M. (ed.). **Portugal, the US and Southern Africa**. Lisboa: IPRI-FLAD, 2006.

SERRANO, C; WALDMAN, M. **Memória D'África: A temática africana em sala de aula**. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, D. F. Conflito, dinâmica territorial e o fenômeno dos refugiados no mundo globalizado: o caso do Sudão. **Revista Intellector**, Rio de Janeiro, Ano III, Volume IV, n. 7, jul-dez 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROSS, M.L. Blood Barrels Why Oil Wealth Fuels Conflict. **Foreign Affairs**, mai-jun 2008.

RUGADYA, M. **Countering Regional, National and Local Conflict Impacts of Oil Discoveries in the Albertine Rift Uganda**. Kampala: International Alert, 2009.